

Crítica aos assentamentos

por Ivone Santana
de Brasília

O sonho de qualquer sociedade é poder olhar para toda a cidade e não ver nenhuma favela. O governador do Distrito Federal (DF), Joaquim Roriz, poderia considerar-se um homem feliz. Não apenas sonhou com o fim dessas habitações subumanas como também teve a oportunidade de mudar os fatos e criar uma nova realidade. Pós fim a 62 favelas e doou lotes, em áreas planejadas, a 120 mil famílias, num total de 700 mil pessoas. Finalmente, seria possível olhar para o horizonte sem vislumbrar os perfis arruinados dos barracos. Porém, os resultados não foram os esperados. As críticas contra o projeto se generalizaram e muitos atribuem a ele a derrota de Roriz nas urnas, por não conseguir eleger seu sucessor.

A idéia era boa. Mas houve falhas. Os favelados ocupavam áreas valorizadas de Brasília, como dois terços da Asa Norte, no Plano Piloto, uma região central. Estavam também à margem do lago Paranoá, um local considerado privilegiado, e a apenas quinhentos metros dos palácios do Planalto e da Alvorada. Outros eram vizinhos da Universidade de Brasília, diz Renato Riella, ex-secretário de Comunicação Social e de Transportes, na atual gestão. Trabalhou lado a lado com Roriz para executar o projeto, batizado de assentamentos.

Os assentamentos foram

lançados no final de 1988 e começo de 1989. O governo escolhia áreas na periferia do DF, fazia uma semi-urbanização, que compreendia apenas ruas abertas, sem pavimentação nem esgoto, água de chafariz a cada cem metros e pontos de luz. Os lotes são de 120 e 130 metros e a construção das casas era de responsabilidade total dos novos moradores, que tinham prazo de três a quatro meses para a ocupação.

“O projeto era cru e de condições precárias”, admite Riella. Afirma que hoje o governo não conseguiria remover os favelados para os assentamentos sem infraestrutura. “A sociedade está muito reivindicativa”. Entretanto, entre março de 1989 e março de 1990, as 62 favelas foram removidas para 27 diferentes assentamentos. Alguns já se tornaram cidades-satélites: Samambaia, Paranoá, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

Os favelados não queriam deixar áreas centrais para morar cerca de quarenta quilômetros distante, sem infraestrutura, escolas, comércio, enfim, nada por perto.

“O projeto foi eleitoreiro inicialmente. Deputados de partidos que apóiam o governo e líderes comunitários entregavam os lotes, indiscriminadamente e sem critério. Muita gente já vendeu a terra que ganhou”, denuncia o deputado distrital do PT, Geraldo Magela Pereira. Porém, aquiesce: “O projeto não pode ser

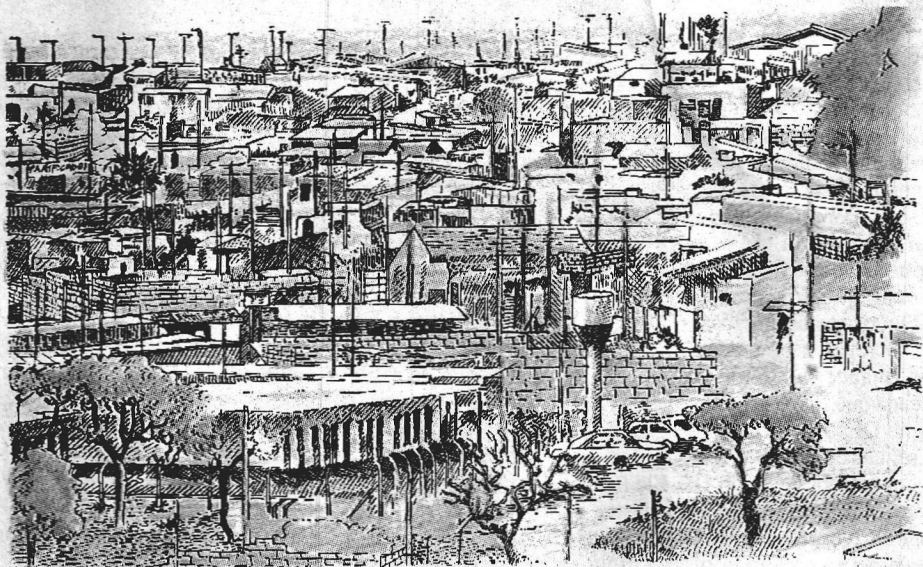
condenado por oferecer moradia, mas pelo jeito que foi feito”.

Junto com os favelados alguns moradores de guetos (cortiços) e servidores públicos foram contemplados com lotes. A transferência começou pela maior favela. A Boca da Mata, com mais de dois mil barracos. O maior assentamento é o de Samambaia, com aproximadamente 30 mil famílias, e o melhor nível de moradores é em Riacho Fundo. Segundo o ex-secretário, o governo se arrepende de não ter misturado a população de favelas diferentes nos assentamentos.

A maioria das residências ainda é de madeira. Os mais pobres estão assentados no Recanto das Emas e Santa Maria. A entrega dos lotes, a princípio, era para famílias com renda inferior a cinco salários mínimos, afirma João da Cruz Pimenta, presidente da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS). Pimenta afirma que ainda faltam 10 mil famílias, já cadastradas, para serem assentadas, o que ocorrerá à medida que os loteamentos ficarem prontos.

Todas as favelas que havia no início do projeto foram eliminadas. Entretanto, o DF ganhou outros bolsões de miséria, como são encarados alguns assentamentos por parte da população.

A partir de 1991 surgiram mais duas favelas no DF. A Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou 1.345 residências.



Samambaia, o assentamento mais polêmico dos ex-favelados